

## Especial

## Modernidade e coerência metodológica: entrevista com Ana Maria de Almeida Camargo sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP

*Modernity and methodological coherence: an interview with Ana Maria de Almeida Camargo regarding the São Paulo State Archives System – SAESP*

**Maria Elisa Pereira** | Historiadora, Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Executivo Público do Núcleo de Normas Técnicas do Arquivo Público do Estado. E-mail: [mariaelisa@sp.gov.br](mailto:mariaelisa@sp.gov.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9010184831074185>

### RESUMO

Este trabalho oferece a transcrição de um depoimento realizado em 2014 pela Professora Ana Maria de Almeida Camargo, sobre a criação e a implementação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP e sobre a modernidade e a coerência metodológica das teorias arquivísticas que apoiam a prática do SAESP. Este artigo baseia-se nos arquivos e nas publicações do Arquivo Público do Estado de São Paulo, bem como apresenta uma síntese da cooperação da Professora Ana Maria com essa Instituição durante mais de quatro décadas, especialmente sobre eventos referentes ao SAESP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Professora Ana Maria de Almeida Camargo. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Arquivística Paulista.

### ABSTRACT

*This article presents the transcription of a statement made by Professor Ana Maria de Almeida Camargo in 2014 regarding the creation and implementation of the São Paulo State Archives System – SAESP, as well as the modernity and methodological coherence of the archival theories that support the practice of SAESP. Based on the São Paulo State Public Archive's files and publications, the article also presents a summary of Professor Ana Maria's cooperation with the Institution over four decades, especially in subjects related to the SAESP.*

**KEYWORDS:** Professora Ana Maria de Almeida Camargo. São Paulo State Public Archives. São Paulo State Archives System – SAESP. São Paulo State's Archival Science.

***“Acho que, até hoje, se a gente pudesse caracterizar o que [... está] acontecendo de importante na área dos Arquivos, eu diria que é o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Ele continua sendo observado por todos, ele é uma referência para todos.”***

***(Ana Maria de Almeida Camargo, 2014)***

## INTRODUÇÃO

Em 2023, a comunidade arquivística lamentou a morte de dois dos principais nomes da chamada Arquivística Paulista, de Heloísa Liberalli Bellotto<sup>1</sup> e, pouco depois, de Ana Maria de Almeida Camargo.<sup>2</sup> A Professora Ana Maria lecionou Metodologia e Teoria da História no Departamento de História da Universidade de São Paulo - USP,<sup>3</sup> mas sempre esteve ligada a importantes atividades da área dos Arquivos, como por exemplo as do projeto Brasil: Nunca Mais,<sup>4</sup> que deu a conhecer, em 1985, cópias de processos judiciais de supostos crimes políticos e, com eles, informações sobre as torturas praticadas pela repressão; ou as do processo de recolhimento dos documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) para o Arquivo Público do Estado-APESP em 1992. Sua colaboração se estendeu ao Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (SP), ao Arquivo Histórico de Moçambique e à Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC), entre outros, além de cooperar por décadas com o Arquivo Público do Estado.

Este trabalho objetiva apresentar tanto momentos importantes dessa cooperação apontados nesta Introdução, quanto a transcrição de um depoimento da Professora Ana Maria, realizado em 2014. As informações sobre a presença da Professora Ana Maria junto ao Arquivo Público do Estado foram obtidas consultando os arquivos e as publicações da instituição, além de outros elementos referidos no corpo do texto. Existem poucas entrevistas concedidas pela Professora Ana Maria, como aquela em que ela discorreu sobre História e Centros de Memória (UNIVESP, 2016) ou sobre o projeto Brasil: Nunca Mais (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, 2023); a aqui transcrita tem como tema central a criação e a implementação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Nela, a Professora Ana Maria aborda temas importantes da arquivologia e discorre sobre a modernidade e a coerência metodológica das decisões tomadas no estado de São Paulo nos momentos em que as teorias foram postas em prática.

## Criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP



Registro de uma reunião nas dependências da antiga sede do Arquivo Público do Estado (cerca de 1983), à Rua Dona Antônia de Queirós, contendo (da esquerda para a direita): José Sebastião Witter,<sup>5</sup> Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto. Acervo APESP

<sup>1</sup> Ver Seção Especial da Revista do Arquivo n. 15 dedicada à memória de Heloísa Liberalli Bellotto (1935-2023) em: <https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/edicoes/revista-do-arquivo-n-15-2023-documentos-cartograficos-de-engenharia-e-arquitetura-desafios-do-tratamento-arquivistico/>. Ver também Pereira, 2023 e Arquivo Público do Estado, 2023a e 2023b.

<sup>2</sup> Ver o obituário da Professora Ana Maria (Amparo, 10 de abril de 1945- São Paulo, 24 de setembro de 2023) publicado pela revista Pesquisa FAPESP em Viana, 2023. Ver também Arquivo público do Estado, 2023c.

<sup>3</sup> Currículo Lattes: Professora Ana Maria em: <http://lattes.cnpq.br/8683852109548456>. Acesso em 16 abr. 2024

<sup>4</sup> Projeto Brasil: Nunca Mais, realizado secretamente entre 1979 e 1985 e publicado em forma de livro em 1985 (Editora Vozes, São Paulo), ver o site <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>.

<sup>5</sup> José Sebastião Witter (1933-2014), professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), foi Supervisor do Arquivo Público do Estado entre 1977 e 1988, estando a instituição dirigida oficialmente por Linda Abdelnour de Oliveira Andrade (1976-1979), Ady Siqueira de Noronha (1979-1983), João Blanco de Lima (1983) e Inês Etienne Romeu (1984-1989).

A rica trajetória profissional da Professora Ana Maria esteve muitas vezes ligada ao Arquivo Público do Estado;<sup>6</sup> em meados dos anos 1970, já lecionando na USP, ela pesquisava nos acervos da Instituição; logo começou a palestrar em seus eventos, a colaborar em suas publicações e a participar das discussões arquivísticas promovidas pela casa.

A Professora Ana Maria ocupou o cargo de Diretora do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro entre 1980 e 1990. Em 1983 foi designada por Franco Montoro,<sup>7</sup> então Governador paulista, para compor a Comissão Especial de Estudos que visava organizar o Sistema Estadual de Arquivos.<sup>8</sup>

Humanista, Franco Montoro demonstrou particular interesse pela questão dos Arquivos, chegando a participar de algumas das reuniões dessa Comissão. Como resultado desses trabalhos, a 19 de outubro de 1984, em cerimônia no Salão dos Despachos do Palácio dos Bandeirantes, Montoro assinou o Decreto n. 22.789/1984, que instituiu o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP.<sup>9</sup>



Assinatura do Decreto Estadual n. 22.789, de 19 de outubro de 1984, que instituiu o SAESP. Vê-se nesta foto (da esquerda para a direita): José Honório Rodrigues, Fernando Morais, Franco Montoro, Jorge Cunha Lima, Francisco de Assis Barbosa, [?] e José Maria Jardim. Acervo APESP

<sup>6</sup> Sobre as mais de quatro décadas de parceria da Professora Ana Maria com o Arquivo Público do Estado e a sua importância para o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, ver Bernardes; Pereira, 2024.

<sup>7</sup> André Franco Montoro (1916-1999) foi governador do Estado de São Paulo de 15 de março de 1983 a 15 de março de 1987, eleito pelo PMDB ainda sob o governo militar.

<sup>8</sup> Despacho do Governador André Franco Montoro, de 10 nov. 1983, designando a Comissão Especial de Estudos, composta por José Honório Rodrigues, Zélio Alves Pinto, José Sebastião Witter, Paulo Sérgio Pinheiro, Ana Maria de Almeida Camargo, Ricardo Maranhão, Carlos Guilherme Mota, José Roberto do Amaral Lapa, José Ribeiro Júnior, Heloísa Liberalli Bellotto, Marco Aurélio Garcia, Sérgio Bilotta e Norman Potter. Diário Oficial do Estado, 11 nov. 1983, Seção I, p. 13. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f1983%2fexecutivo%2520sec%2520i%2fnovembro%2f11%2fpag\\_0013\\_96VOU43FRDSSJeEU2J1965F00UO.pdf&pagina=13&data=11/11/1983&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100013](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1983%2fexecutivo%2520sec%2520i%2fnovembro%2f11%2fpag_0013_96VOU43FRDSSJeEU2J1965F00UO.pdf&pagina=13&data=11/11/1983&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100013). Acesso em: 22 nov. 2023.

<sup>9</sup> Decreto Estadual n. 22.789, de 19 de outubro de 1984, que instituiu o SAESP, assinado por Montoro na véspera do Dia do Arquivista e publicado no Diário Oficial do Estado no dia 20 de outubro. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Além de Montoro, discursaram nesse evento José Sebastião Witter, José Honório Rodrigues,<sup>10</sup> Jorge Cunha Lima<sup>11</sup> e Fernando Morais.<sup>12</sup> Também estiveram presentes, entre outras autoridades, Inês Etienne Romeu,<sup>13</sup> Paulo Sérgio Pinheiro,<sup>14</sup> José Maria Jardim<sup>15</sup> e Francisco de Assis Barbosa.<sup>16</sup>

Em 1984 o Arquivo Público do Estado ocupava um prédio alugado à Rua Dona Antônia de Queirós n. 183, bastante danificado (goteiras, rachaduras etc.) e com pouco espaço para abrigar o patrimônio documental paulista. Montoro providenciou, em dezembro de 1984, um galpão que pertencera à Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA, no bairro da Mooca, para receber os documentos transferidos para o Arquivo Intermediário do estado. Outra edificação – a de uma fábrica que fora de propriedade da Indústria da Tapetes Atlântida- ITA, situada à Rua Voluntários da Pátria n. 596, em Santana – foi destinada ao Arquivo Público do Estado em novembro de 1985, mas inaugurada somente em 1997, após grande reforma.<sup>17</sup>



Foto da comemoração do Dia do Arquivista, em 20 de outubro de 1989, no Salão da antiga sede do Arquivo Público do Estado, contendo (da esquerda para a direita, ao fundo): Ana Maria de Almeida Camargo, Aldo Janotti, Inês Etienne Romeu e demais convidados. A ampliação fotográfica ao fundo exibe uma vista aérea da Indústria da Tapetes Atlântida (ITA), à Rua Voluntários da Pátria, futura sede do Arquivo Público do Estado. Acervo APESP

Após a publicação do seu Decreto de criação, o SAESP contava com alguns profissionais e consultores do Arquivo Público do Estado e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, e com a assessoria

<sup>10</sup> O advogado, historiador e escritor José Honório Rodrigues (1913-1987) foi Diretor do Arquivo Nacional entre 1958 e 1964, e participou da Comissão que redigiu o Decreto n. 22.789/1984, que criou o SAESP.

<sup>11</sup> Jorge da Cunha Lima (1931–2022) foi um jornalista, advogado, político, escritor e poeta brasileiro. À época era Secretário Extraordinário da Cultura.

<sup>12</sup> Fernando Gomes de Morais (1946) é um jornalista, político e escritor brasileiro. À época era Deputado Estadual pelo PMDB. Posteriormente foi Secretário de Cultura e de Educação.

<sup>13</sup> Inês Etienne Romeu (1942-2015) foi Diretora do Arquivo Público do Estado entre 1984 e 1989. Ela integrou a luta armada contra a ditadura militar no Brasil, sendo a única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Após a Anistia, formou-se em História, atuando em diversos postos das Secretarias do Estado e do Município de São Paulo.

<sup>14</sup> Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro (1944) é um advogado e cientista político brasileiro. Foi professor da USP, Secretário nacional de direitos humanos e membro da Comissão Nacional da Verdade. À época era Assessor Especial do Governador Montoro.

<sup>15</sup> José Maria Jardim (1955) é um historiador e arquivista brasileiro. Representou nessa cerimônia a Profa. Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Diretora do Arquivo Nacional e Coordenadora do SINAR – Sistema Nacional de Arquivos. Foi Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

<sup>16</sup> Francisco de Assis Barbosa (1914-1991), intelectual envolvido em diversas atividades relevantes de entidades e órgãos culturais brasileiros, foi vice-presidente da Fundação Padre Anchieta, TV Cultura de São Paulo (1975) e Consultor Técnico da Divisão do Arquivo do Estado (1976-1977), estando a instituição sendo dirigida oficialmente por Linda Abdelnour de Oliveira Andrade (1976-1979). Nesse período, produziu importante *Diagnóstico* sobre as condições do Arquivo Público do Estado (BARBOSA, 1977). Participou também da Comissão Estadual de Arquivo designada em 1988 (ver NOTA n. 18).

<sup>17</sup> Em junho de 2012, no mesmo endereço, foi inaugurado um novo edifício, o primeiro especialmente projetado no Brasil para ser um Arquivo Público de grande porte.

técnica dos membros da Comissão Estadual de Arquivo.<sup>18</sup> A Professora Ana Maria foi uma das pessoas designadas para participar, por duas vezes, dessa Comissão. Desses trabalhos iniciais de implantação do Sistema resultou a primeira grande pesquisa do SAESP, que pode ser conferida na publicação *Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo*,<sup>19</sup> citada na entrevista.

Após 1989, o Arquivo Público do Estado, sempre contando com a colaboração da Professora Ana Maria, continuou enfrentando suas lutas para resolver os seus problemas de estrutura física, de vinculação administrativa e de orçamento. No campo editorial, o Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria da Cultura lançou duas publicações que contaram com a cooperação da Professora Ana Maria: a primeira edição do *Dicionário de Terminologia Arquivística* (CAMARGO; BELLOTTO, 1996a) e, em parceria com a Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, o *Roteiro para implantação de Arquivos Municipais* (CAMARGO; MACHADO, 1996b).

## Reativação e implementação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP

O SAESP permaneceu praticamente inativo entre 1990 e 1996. Um novo impulso foi dado em 1997 com a inauguração da sede própria do Arquivo Público do Estado no bairro de Santana, na Capital, e com a contratação de novos profissionais - inclusive de Ieda Pimenta Bernardes, designada para coordenar o SAESP.



Discussões durante um dos cursos das oficinas do **Projeto Como Fazer**, em 2003, nas dependências da sede própria do Arquivo Público do Estado, em Santana. Ana Maria de Almeida Camargo está em pé, ao lado da mesa, com alguns alunos. Acervo APESP

O Arquivo Público do Estado firmara, em 1996, uma parceria com a Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo (AAB/SP) e, em 1998, com a entidade que a sucedeu, a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), para a realização de eventos e cursos;<sup>20</sup> entre eles, as oficinas do *Projeto Como Fazer*, promovidas conjuntamente entre 1996 e 2006, visando o desenvolvimento das habilidades dos profissionais de arquivo. A Professora Ana Maria, estando à frente da ARQ-SP desde sua criação em 1988, participou da programação desse projeto e ministrou algumas oficinas.

<sup>18</sup> A designação dos membros da Comissão Estadual de Arquivo foi feita em 1985 e em 1988:

Resolução da Secretaria da Cultura, de 25 mar. 1985, designando Paulo Sérgio Pinheiro, José Sebastião Witter, Inês Etienne Romeu, Sérgio Billotta, Ana Maria de Almeida Camargo, José Ênio Casalecchi, Heloísa Liberali Bellotto e Marco Aurélio Garcia. Diário Oficial do Estado, 25 mar. 1985, Seção I, p. 10. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f1985%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmarco%2f26%2fpag\\_0010\\_9R7TMPC2C0AU6e6V7FLSHQTL3OT.pdf&pagina=10&data=26/03/1985&caderno=Executivo%20i&paginaordenacao=100010](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1985%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmarco%2f26%2fpag_0010_9R7TMPC2C0AU6e6V7FLSHQTL3OT.pdf&pagina=10&data=26/03/1985&caderno=Executivo%20i&paginaordenacao=100010). Acesso em: 16 nov. 2023.

Resolução da Secretaria da Cultura, de 23 set. 1988, designando Alcir Lenharo, Ana Maria de Almeida Camargo, Carlos de Almeida Prado Bacellar, Déa Ribeiro Fenelon, Francisco de Assis Barbosa, Inês Etienne Romeu, John Manoel Monteiro e Rose Marie Inojosa Garcia. Diário Oficial do Estado, 24 set. 1988, Seção I, p. 28. Disponível em: [https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=%2f1988%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fsetembro%2f24%2fpag\\_0028\\_70P51Q0M126Q0eELMM89AJ682SR.pdf&pagina=28&data=24/09/1988&caderno=Executivo%20i&paginaordenacao=100028](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1988%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fsetembro%2f24%2fpag_0028_70P51Q0M126Q0eELMM89AJ682SR.pdf&pagina=28&data=24/09/1988&caderno=Executivo%20i&paginaordenacao=100028). Acesso em: 16 nov. 2023.

<sup>19</sup> *Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo*: órgãos da administração direta sediados na capital (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 1987). Além da equipe de trabalho do Arquivo Público do Estado e de funcionários das Secretarias de Estado, alguns consultores participaram da pesquisa e elaboração do *Diagnóstico*: Ana Maria de Almeida Camargo, Daise Aparecida Oliveira, Déa Ribeiro Fenelon, Gleisi Heisler Neves, Helena Corrêa Machado, Marilena Leite Paes e Neli Siqueira.

<sup>20</sup> O site da ARQ-SP está disponível em: <https://arqsp.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2023

A *Coleção Como Fazer*, com dez manuais publicados pelo Arquivo Público do Estado, deriva dessa experiência. Um desses manuais, *Como implantar arquivos públicos municipais* (MACHADO; CAMARGO, 1999), atualizou o Roteiro publicado em 1996.



Em 2004, ano da publicação do *Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio*, Ana Maria de Almeida Camargo palestrou no II e no III Encontro Paulista de Gestão Documental Pública: Por uma Política Municipal de Arquivos. Acervo APESP

A Professora Ana Maria colaborou fortemente na elaboração e no desenvolvimento do projeto de pesquisa financiado pela FAPESP entre 1999 e 2002, *Um Sistema de Gestão Documental para a Administração Pública do Estado de São Paulo*,<sup>21</sup> que gerou os Decretos Estaduais n. 48.897/2004 e n. 48.898/2004, os quais praticamente “refundaram” o SAESP ao estabelecerem as regras arquivísticas para a Administração Pública estadual e ao publicarem o *Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio*.<sup>22</sup>



Registro do I Encontro Paulista de Políticas de Arquivo, dias 10 e 11 de novembro de 2011, no auditório Departamento de História – USP. Na mesa se encontram (da esquerda para a direita): Ieda Pimenta Bernardes (ao microfone), Ana Célia Navarro de Andrade e Ana Maria de Almeida Camargo. Acervo APESP

Vale lembrar do apoio importante que a ARQ-SP ofereceu ao Arquivo Público do Estado em 2011 durante o I Encontro Paulista de Políticas de Arquivo, ocorrido nos dias 10 e 11 de novembro de 2011 nas dependências

<sup>21</sup> A Equipe Técnica do Arquivo Público do Estado responsável pela execução do projeto era composta por: Ieda Pimenta Bernardes (Coordenadora), Camila Brandi de Souza, Carmem Sílvia Passos Mentone, Eliana Martinelli, Fabiana Valeck de Oliveira, Hilda Delatorre, Luciana de Lima Ichikava, Telma Maria Murari e Gerda Nunes Davanzo. A Equipe da Consultoria era composta por: Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto, Johanna Wilhelmina Smit, Marcelo Cunha Breganhola e Maria Lúcia Bertato.

<sup>22</sup> O Decreto n. 48.898/2004 (SÃO PAULO, 2004b) aprovou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio. O Decreto n. 63.382/2018 (SÃO PAULO, 2018) substituiu os anexos do Decreto n. 48.898/2004, atualizando-os. O livro *Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2019) vem sendo publicado e distribuído desde 2005.

do Departamento de História – USP, durante a fase preparatória da I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ. A Professora Ana Maria participou ativamente da Comissão organizadora da I CNARQ, tendo também redigido alguns de seus textos de base.

Sendo inspiração e referência para os profissionais do Arquivo Público do Estado, a Professora Ana Maria esteve presente em diversos eventos de peso na instituição, como palestrando em encontros, seminários e aberturas de exposições. Por exemplo, suas contribuições enriqueceram sobremaneira as discussões do Fórum de Diretores quando da elaboração do Plano Diretor (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2019b).

## A entrevista de 2014: construção e registros

Dez anos atrás, o Arquivo Público do Estado deu início às atividades para realizar o documentário Arquivos e Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (1984-2014),<sup>23</sup> colhendo alguns depoimentos para serem inseridos naquele vídeo institucional. As entrevistas, por sua vez, geraram obras audiovisuais específicas, como a da Professora Ana Maria, que propiciou um vídeo com cerca de 42 minutos do qual foram retiradas, durante a sua edição, as poucas e amplas perguntas que visavam deixar a entrevistada livre para tecer suas considerações.<sup>24</sup>

Estes depoimentos promoveram a publicação de alguns trabalhos. O primeiro deles contém a entrevista da Professora Heloisa Bellotto (PEREIRA, 2023), e este artigo apresenta a transcrição editada do depoimento da Professora Ana Maria.<sup>25</sup> Nele, as perguntas foram reinseridas, em síntese e entre colchetes, identificadas pelas iniciais MEP. A marcação de tempo do depoimento aparece ao início de cada parágrafo, entre colchetes. Os acréscimos da edição estão entre colchetes, como em [palavra], e as supressões estão sinalizadas por reticências, como em [...]. Na medida do possível foi mantida a cadência da fala para definir a pontuação e as pausas da entrevistada, estas últimas identificadas por reticências. Os acréscimos nas frases feitos pela entrevistada estão entre parêntesis, como em (o Império). As notas de rodapé procuram dar maior precisão a nomes, datas e demais informações importantes citadas durante o depoimento. As informações e as referências contidas em todos os trabalhos desta série se complementam.

A Professora Ana Maria registrou neste vídeo as suas experiências com a modernidade arquivística suscitada pelos estudos realizados pelo Arquivo Público do Estado, ainda durante a ditadura militar, nos anos 70 do século XX. “Antigos” e “novos” entusiastas dos Arquivos trabalhando juntos e buscando soluções



Da esquerda para a direita: Mario Elisa Pereira e Ana Maria de Almeida Camargo durante a preparação da entrevista sobre o SAESP, a 12 de agosto de 2014, no Auditório do Arquivo Público do Estado. Acervo APESP

<sup>23</sup> O documentário é uma realização da Secretaria de Governo / Arquivo Público do Estado / Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – DGSAESP, com produção de AP Produções e Imagens, Ieda Pimenta Bernardes, Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius e João Daniel Borges, com pesquisa de Maria Elisa Pereira e roteiro de Ieda Pimenta Bernardes, Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius, João Daniel Borges e Maria Elisa Pereira (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2015). As entrevistadoras foram Maria Elisa Pereira e Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius.

<sup>24</sup> A *Entrevista com Ana Maria de Almeida Camargo sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo* é uma realização da Secretaria de Governo / Arquivo Público do Estado / Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – DGSAESP, com produção de AP Produções e Imagens, Ieda Pimenta Bernardes, Patrícia Mirabile Barbosa Banevicius e João Daniel Borges (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 2024). Disponível em: [https://youtu.be/at-NTUo00mQ?si=UjweBxsJAh\\_-qs8d](https://youtu.be/at-NTUo00mQ?si=UjweBxsJAh_-qs8d). Acesso em: 16 abr. 2024

<sup>25</sup> Agradecemos a todos os colegas que contribuíram para elaborar esta transcrição e para disponibilizar esta entrevista na Internet em formato MP4.



Foto de 2014 após a coleta das primeiras entrevistas, no Hall do Arquivo Público do Estado, com três representantes da chamada Arquivística Paulista (da esquerda para a direita): Heloísa Liberali Bellotto, expondo o **Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio**; Ieda Pimenta Bernardes, Diretora do SAESP; e Ana Maria de Almeida Camargo, exibindo o **Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo**. Acervo APESP

para os problemas da instituição, como a necessidade tanto de ter uma sede própria e em condições de bem abrigar o patrimônio documental paulista, quanto de realizar uma reorganização interna, estrutural e conceitual, capaz de conciliar gestão documental e guarda permanente. Tudo isso levou à invenção de algo novo, o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Segundo a Professora Ana Maria, o SAESP foi pensado inicialmente como sendo uma ferramenta de correção, uma forma de dar ao Arquivo Público do Estado, enquanto **órgão central do SAESP**, um poder que ele não tinha na ocasião. Ela testemunhou o grande impacto causado pela criação do decreto do SAESP em 1984 e pela implementação da primeira fase do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP.

Discorreu, entre outras menções, sobre a efervescência dos meios arquivísticos nacionais dos anos 60 e 70 do século XX; sobre a percepção, à época, da quebra do sistema de continuidade entre os documentos que os governos do Período Colonial, do Período do Império e do Período Republicano produziram e aqueles que ficaram acumulados em seus Arquivos; sobre o prejuízo causado pelo novo entendimento de que os documentos não serviriam mais à Administração, mas sim à Cultura; e sobre a necessidade de pensar em um fluxo contínuo entre a produção e a destinação final dos documentos. Comentou também sobre os equívocos daqueles que confundem *Espécie Documental* com *Assunto*, com *Atividade*, ou com *Função*; daqueles que politizam conceitos, como os que defendem que as Redes de Arquivos seriam mecanismos democráticos, enquanto os Sistemas de Arquivos se constituíam de mecanismos “naturalmente” autoritários; e daqueles que e sobre os que propõem escolher alguma Secretaria para iniciar a implementação de um Sistemas de Arquivos para depois aguardar que os demais órgãos e entidades, inspirados, façam a mesma coisa espontaneamente.

Ressaltou a grande participação dos órgãos envolvidos na segunda fase do SAESP, iniciada em 1997, com o início da pesquisa FAPESP e a construção da Tabela-Meio paulista (2004). Lembrou do perigo, sempre presente, das tentativas de diminuir o alcance e a importância do Arquivo Público do Estado, seja ao mexer em suas estruturas, alterar sua vinculação, ou mesmo convertê-lo em uma Organização Social. Louvou a troca da vinculação institucional do Arquivo Público do Estado em 2007, da Secretaria da Cultura para a Casa Civil, para que a sua posição passasse a ser de equidistância em relação aos demais órgãos e entidades com quais o SAESP se articula. E afirmou que, com o passar do tempo, o SAESP transformou-se em uma referência prática e teórica para gestores de outras instituições arquivísticas e para professores e alunos de cursos de Arquivologia.

A Professora Ana Maria finalizou seu depoimento comentando sobre a representatividade da avaliação documental e a quebra de fronteiras entre as chamadas três idades dos documentos em tempos de documentos digitais. Lamentou a mentalidade dos que ainda não compreendem que os documentos que circulam

por meio eletrônico ou via Internet são “documentos” de verdade. Declarou-se confiante de que o Arquivo Público do Estado, sempre fundamentado nas teorias da Arquivologia, conseguirá resolver os atuais desafios tecnológicos em virtude de sua longa experiência na administração do patrimônio documental paulista.

## **Transcrição de entrevista com Ana Maria de Almeida Camargo sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, coletada por Maria Elisa Pereira [MEP] em 12 de agosto de 2014, no Auditório do Arquivo Público do Estado.**

[MEP: Professora Ana Maria, no início dos anos 80 do século XX surgiu a ideia de criar o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, o qual assegurava, além da preservação e da gestão documental, o acesso ao patrimônio arquivístico público. Por que o tema do acesso aos documentos e à informação tornou-se relevante naqueles primeiros tempos da Redemocratização?]

[00:00:10] [...] Talvez não fosse possível fazer uma ligação de causa e efeito entre esses dois elementos, [...] um período de repressão e a necessidade de abertura da informação, mas, de fato, tudo começou, [...] essa modernidade ligada ao Arquivo [Público] do Estado de São Paulo, [...] foi pensada no período da ditadura. E quem foi o primeiro agente dessa, digamos, modernização do Arquivo [Público do Estado], foi o Francisco de Assis Barbosa, que tinha sido convidado pelo Secretário de Estado da Cultura, que era o José Mindlin,<sup>26</sup> para assumir o Arquivo do Estado. Nessa ocasião houve ... nós estávamos em plena ditadura, houve a morte do Herzog em outubro de [19]75,<sup>27</sup> e o próprio Secretário foi demissionário em função desse trágico evento. Mas antes de sair ele [José Mindlin] pediu para o Chico Barbosa, como ele era conhecido, que não deixasse o Arquivo, ele fez um pedido, assim, especial. Ele [José Mindlin] percebeu durante [...] esse curto período da sua gestão, [as] carências todas do Arquivo: [instalado] num prédio alugado, sem condições de recolher documentos, enfim, toda a precariedade existente nessa repartição [...] dentro da Secretaria de Cultura chamou a atenção do Mindlin e ele recomendou especialmente ao Chico Barbosa, que tinha vindo do Rio de Janeiro especialmente para fazer parte desse staff da Secretaria de Cultura, que ficasse. A permanência do Chico Barbosa [...] e todo o empenho que ele fez para melhorar as condições do Arquivo é que o levaram a convidar pessoas que pudessem acompanhá-lo nessa iniciativa, que pensassem nas soluções possíveis para o Arquivo do Estado. [...] Ele começou a reunir esse grupo e assim que o governo [estadual] tomou ciência do relatório que ele produziu à propósito da situação do Arquivo, houve então algumas tentativas de resolver a situação.

[00:02:40] O Professor Witter foi convidado em seguida para ser o Diretor do Arquivo [Público do Estado], o Chico Barbosa fica praticamente dois anos aqui, o tempo de fazer um relatório circunstanciado dessas condições precárias, e o Witter, que o substitui, acaba sendo investido das mesmas funções, ele teria também que dar cabo dessa missão de modernizar o Arquivo e de resolver esses problemas crônicos. A partir de [19]77, na gestão do José Sebastião Witter, recentemente falecido,<sup>28</sup> é que se criam as condições reais para a gente pensar nos problemas do Arquivo. [O Professor Witter] convida um grande especialista francês, o Michel Duchein,<sup>29</sup> que vem para o Brasil em [19]78 e faz uma série de observações importantíssimas, não só a propósito do Arquivo do Estado, mas também do Arquivo Nacional ... ele deixou algumas recomendações. Nós tínhamos a noção ... eu fui chamada também nessa altura para colaborar, confesso

<sup>26</sup> O advogado, empresário e bibliógrafo José Ephim Mindlin (1914-2010) foi Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia de março de 1975 a fevereiro de 1976, durante o governo de Paulo Egydio Martins (1928-2021).

<sup>27</sup> A morte de Vladimir Herzog (1937-1975), diretor de jornalismo da TV Cultura indicado para o cargo por José Mindlin, foi inicialmente anunciada como suicídio. Soube-se depois que ele morreu em decorrência das lesões sofridas no DOI-CODI (Departamento de Operações de Informação / Centro de Operações de Defesa Interna, ligado ao II Exército – SP).

<sup>28</sup> O Professor Witter faleceu em maio de 2014, meses antes da gravação deste depoimento.

<sup>29</sup> As obras de Michel Duchein (1926-2021), renomado arquivista e historiador francês, influenciaram sobremaneira a arquivologia brasileira. Além de ministrar cursos importantes durante as quatro viagens que fez ao Brasil (1978, 1979, 1982 e 1987), ele estudou a situação dos arquivos e deixou alguns textos visando a melhoria dos serviços arquivísticos. Ver Jardim, 2021.

que sabia pouco de Arquivo, foi quando eu passei a me interessar pela área e buscar junto com essa mesma equipe as possíveis soluções, os possíveis encaminhamentos para resolver os problemas.

[00:04:15] O Michel Duchein, ele ficou de certo modo impactado com uma certa disponibilidade nossa, no Brasil, de encarar a Gestão de documentos, que era algo um pouco estranho para os profissionais da área na Europa, essa concepção de que nós temos que cuidar dos Arquivos desde momento que os documentos nascem e que isso é um processo contínuo e que não sofre grandes rupturas.<sup>30</sup> Isso é uma coisa nova, também era nova para os europeus, mas era algo que se praticava de certo modo no Brasil porque nós tínhamos tido uma certa influência do Schellenberg<sup>31</sup> - ele esteve no Brasil no começo dos anos [19]60. Ele pública no Brasil, antes de qualquer outro país do mundo, uma tradução do seu livro sobre Arquivos Modernos.<sup>32</sup> Nós tínhamos leituras e profissionais voltados para a Gestão de documentos, mas isso, de certo modo, não era uma prática dos Arquivos Públicos. Os Arquivos Públicos estavam apenas reduzidos à documentação histórica, à documentação antiga, não havia recolhimento.

[00:05:32] E eu tenho até algumas hipóteses sobre essa situação [de não haver recolhimentos], porque que acontece isso. Se a gente olhar para trás a gente percebe que no Império<sup>33</sup> os Arquivos Públicos recebem regularmente a documentação acumulada pelos governos. O crescimento da máquina administrativa, de certo modo, acabou por levar, no período Republicano,<sup>34</sup> à compreensão de que aquilo que é o exercício findo, aquele período que não se repete mais, porque é um período que a República extinguiu (o Império), aquilo não vigora mais. Nós tínhamos que criar um Arquivo ou instituir algo que separasse essa documentação de um novo período, que é o Republicano, um novo governo, que nada tem a ver, na opinião das pessoas, com o período anterior. Enfim, há uma quebra num sistema de continuidade que sempre existiu entre aquilo que os governos produziram e aquilo que ficou acumulado nos seus Arquivos. A instituição da figura da Cultura foi de certo modo prejudicial aos Arquivos, [...] de repente os documentos não servem à Administração, mas servem à Cultura. [...] Essa dicotomia, que sempre foi evocada nas nossas falas e até nas justificativas das nossas leis, eu não sei até que ponto, hoje, avaliando à distância, elas são pertinentes. Acho que essa duplicidade sempre foi algo difícil de resolver, como se nós estivéssemos em dois mundos: o mundo dos documentos históricos e o mundo da Gestão, como se eles fossem quase que incompatíveis. [...] Pensar num fluxo contínuo entre o produtor e [...] o depositário final dessa documentação era algo que estava presente nas nossas leituras, mas a prática real disso no âmbito dos Arquivos Públicos era algo desconhecido, algo difícil de fazer.

[00:07:47] Acho que o Sistema nasce dessas discussões que nós fizemos para resolver, em grande parte, esse dilema. Nós sabíamos que grande parte da documentação acumulada pelos órgãos do governo sequer existia mais, porque ela tinha ficado nas Secretarias, ela vai se acumulando sem nenhum cuidado especial, e à medida que os espaços vão ficando exíguos essa documentação é empurrada cada vez para mais longe, até o seu próprio desaparecimento. Nós sabíamos também disso, que a memória da Administração Pública apresentaria uma lacuna imensa se nós fôssemos recolher esses documentos naquela altura. Era impossível que houvesse em relação à República a mesma continuidade que nós tivemos no período Colonial<sup>35</sup> e no período do Império, quando essa Administração era mais simples e os Arquivos ficavam dentro do órgão em que se concentravam também essas unidades de governo – com exceção talvez,

<sup>30</sup> Sobre o *Continuum*, ver os questionamentos contidos em Bellotto (2017) e Arquivo Público do Estado (2023, p. 16 e 17).

<sup>31</sup> Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970) foi um notável arquivista norte-americano, criador de teorias basilares da arquivologia moderna, como a das três idades ou do ciclo vital dos documentos. Convidado por José Honório Rodrigues, diretor do Arquivo Nacional, Schellenberg ministrou cursos e produziu um relatório sobre a situação dos arquivos brasileiros. Muitas de suas obras foram traduzidas e publicadas no Brasil, sendo que a primeira foi *Arquivos públicos e privados: arranjo e descrição* (SCHELLENBERG, 1963).

<sup>32</sup> Trata-se de *Arquivos modernos: princípios e técnicas* (SCHELLENBERG, 1973).

<sup>33</sup> No Brasil, o período do Império começou em 1822, com a Declaração da Independência, e durou até a Proclamação da República, em 1889.

<sup>34</sup> O período Republicano começou em 1889 e segue até os nossos dias.

<sup>35</sup> O período Colonial começou em 1500, com o chamado Descobrimento do Brasil, e durou até a Declaração da Independência, em 1822.

no caso de São Paulo, da Tesouraria Provincial, que sempre ocupou um prédio separado, todas as outras funções, que eram funções do próprio Presidente da Província, se exerciam num mesmo lugar, também num mesmo espaço físico. Era uma Administração que não tinha assumido ainda a complexidade que tem hoje, com seus representantes espalhados em todo território do estado. O Arquivo [Público do Estado], na verdade, era o Arquivo da Secretaria de Governo da Província e ali estavam os documentos acumulados no desempenho dessas atribuições todas, que ainda não tinham se formalizado em torno de Secretarias e de Órgãos com uma estrutura mais abrangente.

[00:09:55] A República, [...] além de ter promovido esse rompimento [dos Arquivos Públicos com os exercícios findos], ela vai naturalmente criar especialidades que vão funcionar em prédios diferentes. [...] Esse depósito “natural” dos documentos perde essa condição, essa proximidade que havia entre os órgãos e o Arquivo, provocando até um certo estranhamento. [...] Os documentos são instituídos na República como se eles fossem históricos, estabelece-se uma data para isso, e cria-se aí uma espécie de intervalo entre aquilo que era considerado histórico e o que seria corrente, e, portanto, não mereceria os nossos cuidados.

[00:10:45] A ideia de um Sistema de Arquivos, ela nasce exatamente para corrigir uma espécie de distorção [...] que havia entre esse recolhimento e [...] esse cuidado que nós deveríamos ter com a documentação gerada pelo Governo. Quando a gente fala em Sistema hoje, e na época também ([...] essa ideia, [...] ela surgiu também no Arquivo Nacional, surgiu em outros estados), foi exatamente como um elemento corretivo dentro da Administração, que fazia com que os Arquivos Estaduais, quase que todos muito mal localizados dentro das estruturas Republicanas – eles estavam ligados ou à Educação, ou à Secretaria do Interior, e a maioria dentro dessa novidade que foram as Secretarias de Cultura, uma área que nem existia antes – e sem nenhum prestígio dentro desse quadro administrativo de governo. O Arquivo do Estado, relegado a uma posição inferior dentro de uma Secretaria considerada também pouco importante,<sup>36</sup> como foram todas as Secretarias de Cultura até hoje, não dava aos Arquivos nenhuma força que [...] eles pudessem exercer em relação à racionalização da produção documental, à avaliação dos documentos, ao encaminhamento desses documentos para os depósitos finais.

[00:12:30] Bem, [a ideia de Sistema de Arquivos], então, era uma ferramenta de correção. Hoje muitos Arquivos [Públicos] são criados no interior e eles deverão ter esses mecanismos embutidos na própria lei [de criação], não é preciso ter uma lei de Sistema de Arquivos paralela à de criação da instituição arquivística, como até em alguns lugares foi praticado, porque o Sistema nada mais é do que uma forma de dar ao Arquivo [Público] do Estado um poder que de fato ele não tem na sua posição dentro de uma Secretaria pouco importante. Sendo ele responsável por esta atividade de racionalização ele tem de ter algum mecanismo institucional que lhe dê esta condição de falar de igual para igual com todos, e exigir, por exemplo, que as Secretarias todas cumpram determinadas funções ligadas ao Sistema de Arquivos. Eu vejo o Sistema, até hoje, como esse mecanismo. É claro que dentro da nossa área arquivística, muitas vezes, o Sistema foi colocado como se fosse algo autoritário, porque nasce nessa época, eu não vejo dessa maneira. Eu não vejo por que os Sistemas são “a direita” da Arquivologia e a Rede seria “a esquerda”, digamos. [...] Eu não acho que esses mecanismos mereçam essa politização que, muitas vezes, as pessoas atribuem aos conceitos. Eu vejo um mecanismo que pode ser aplicado em qualquer período, ele não tem essa conotação que, por vezes, se viu nas falas de algumas pessoas na área arquivística. Acho que ele foi necessário e deve ser necessário sempre que não houver esse recolhimento.

<sup>36</sup> Criado oficialmente em 1892 como Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado, passou a ser, em 1938, o Departamento do Arquivo Estado, ligado à Secretaria da Educação; em 1967, à Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo. Em 1975, passou a ser apenas uma Divisão ligada à Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, e, em 1979, à Secretaria de Estado da Cultura. Voltou a ser um Departamento da Secretaria da Cultura em 2006 e, no mesmo ano, tornou-se uma Coordenadoria. Ver NOTA n. 44.

[MEP: Professora Ana Maria, em novembro de 1983 a senhora foi designada pelo Governador Franco Montoro para participar de uma Comissão Especial de Estudos, a fim de redigir o decreto que instituiu, em 1984, o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Como foi esse período de preparação e qual foi o impacto da criação do SAESP?]

[00:14:45] Acho que foi um período excepcional dentro dessa trajetória toda, porque nós pudemos discutir amplamente essa questão com pessoas gabaritadas para isso. Acho que essa Comissão procurou ter representantes de várias áreas. Trouxe do Rio de Janeiro o José Honório Rodrigues, que também sempre teve um papel importantíssimo nessa área documental – até, há pouco tempo, eu fiquei sabendo que o Paulo Elian dos Santos,<sup>37</sup> que é um Arquivista e trabalha na FIOCRUZ, foi encarregado de fazer uma espécie de histórico do papel que o José Honório Rodrigues teve em relação ao Arquivo Nacional. Ele também, querendo dotar o Arquivo [Público do Estado] dessa modernidade que nós quisemos fazer, ele foi chamado, ele participava também dessas reuniões. E o governo do Montoro deu um apoio excepcional a esse grupo e criou esse Sistema. Em [19]84, quando sai o decreto de criação do sistema,<sup>38</sup> ele já vem com todos os requisitos que tinham sido discutidos amplamente nessas comissões, nada disso ficou de fora. [...] Houve um trabalho conjunto com o jurídico [...] do governo e isso foi objeto de um ato normativo forte. Nós tínhamos agora diante de nós a tarefa de fazer cumprir esse decreto, fazer acontecer essas disposições.

[00:16:35] Nós podemos dizer que [o decreto do SAESP] foi um ato [normativo] de grande impacto, até em relação a outros estados. Era uma coisa que se falava muito, mas também ninguém sabia exatamente como fazer. O modelo de implementação do [SAESP], ele já tinha alguns antecedentes que nós não queríamos reproduzir, sabíamos da dificuldade de fazer algo [como] ... escolher alguma secretaria, implantar e depois imaginar que, por osmose, as demais fariam a mesma coisa. Isso já havia sido tentando no Arquivo Nacional,<sup>39</sup> foi à única tentativa que o Arquivo Nacional, na verdade, fez para poder implantar um Sistema Nacional de Arquivos. Cedo perceberam que era uma tarefa imensa e gigantesca. Foi preferível [para o Arquivo Nacional] transformar essa cabeça do Sistema num órgão normatizador<sup>40</sup> do que, na verdade, num órgão que pudesse disciplinar a documentação e recolher ao Arquivo Nacional a documentação do governo federal.

[00:17:53] Eu acho que o impacto [do decreto do SAESP] foi grande. Nós começamos, em seguida, a fazer essa implementação, e adotamos uma metodologia que depois [...] teve continuidade na segunda fase,<sup>41</sup> que é de ter [...] uma participação dos órgãos envolvidos, de fazer ao mesmo tempo com que todos, num mesmo diapasão, conseguissem levantar a sua produção documental, propor temporalidades para as Séries [documentais], formar Comissões de Avaliação [de Documentos] permanentes nos órgãos da Administração Direta (pelo menos, naquela fase) e fazer também um amplo *Diagnóstico* da situação em que estavam os Arquivos [acumulados nas Secretarias]. Nós iniciamos esse trabalho; ele foi, o tempo todo, pautado pela ideia de que nós deveríamos fazer acontecer – isso num espectro de amplitude muito

<sup>37</sup> Paulo Roberto Elian dos Santos, Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), é pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. É professor dos cursos de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde na FIOCRUZ.

<sup>38</sup> Decreto Estadual n. 22.789, de 19 de outubro de 1984, que instituiu o SAESP, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 20 de outubro. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

<sup>39</sup> O Decreto Federal n. 82.308, de 25 de setembro de 1978, que instituiu o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) tendo como órgão Central o Arquivo Nacional, foi revogado. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D82308.htm#impresao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82308.htm#impresao.htm). Acesso em: 22 nov. 2023.

<sup>40</sup> Essa transformação está presente na Lei de Arquivos, a Lei Federal n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 22 nov. 2023.

A Lei de Arquivos passou por um processo de dez anos entre sua gestação técnica, sua tramitação legislativa e a sua publicação. Após muitas modificações, o artigo 26 criou o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, vinculado ao Arquivo Nacional, como sendo o órgão central do SINAR, para definir (normatizar) a política nacional de arquivos. Ver Bernardes, PEREIRA, 2021.

<sup>41</sup> A primeira fase do SAESP decorreu de 1984 a 1990. O SAESP permaneceu praticamente desativado até sua retomada, iniciada em 1997. A fase de consolidação se iniciou em 2004, com a publicação do *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio*, e segue até os dias de hoje.

significativo, não era um modelo para depois se espalhar para os demais, foi sempre uma filosofia quase de implantação que se estabeleceu naquela época, com todo o apoio do Governo. Nós continuávamos a ser uma simples Divisão de uma Secretaria sem importância nenhuma e conseguimos falar com todas as Secretarias, implantar, formar Comissões, dar cursos, enfim, foi uma movimentação muito grande na época e conseguimos alguns resultados. O primeiro deles foi o *Diagnóstico*, ele foi uma publicação feita ainda numa época em que não tinha nem computador, nós tabulávamos os dados e conseguimos publicar esse *Diagnóstico*, uma coisa modesta, mas, na verdade, não havia quase nada semelhante no Brasil. Em seguida a esse nosso trabalho, Brasília publica também um *Diagnóstico*.<sup>42</sup> [...] Se nós fossemos pesquisar as iniciativas de outros estados a partir da nossa, acho que nós teríamos uma surpresa muito grande. [...] É difícil falar sobre isso agora porque não tenho na cabeça esses dados, mas eu tenho quase certeza de que houve um eco muito grande [...] desse *Diagnóstico*, dessas iniciativas todas, e vários estados também iniciaram esse mesmo processo dentro (quase) desta mesma metodologia.

[00:20:42] Claro que todos nós que iniciamos o trabalho nessa época ficamos frustrados porque a continuidade dele não foi possível manter. As mudanças de governo e essas alterações de escalões [hierárquicos] fizeram com que o trabalho se interrompesse e [só] pudesse ser retomado bem depois, mas com outras características, com muitas condições também de enfrentamento dessas dificuldades naturais. Mas foi um período de gestação de coisas muito importantes. Acho que a área de Arquivologia, essa área tão pobre no Brasil, [...] ela se enriqueceu, porque nós conseguimos com esse projeto [do SAESP] unir um pouco daquilo que nós sabíamos pela teoria a uma prática com consequências importantes, que engendraram inclusive reflexões contínuas também sobre aquilo que nós auferíamos na literatura da área. Houve sempre em São Paulo, apesar de nós não termos [à época] cursos de Arquivo,<sup>43</sup> (nos mesmos moldes, pelo menos, em que outros estados fizeram nas suas Universidades, cursos de Graduação) nós sempre tivemos uma reflexão contínua em torno dos Arquivos, e isso fez com que também todos os subprodutos das iniciativas tomadas fossem alvo de discussão, fora daqui também, que fossem também servir de ..., não digo de modelo, mas de referência para aqueles que também sentiam a necessidade de fazer algo nessa linha.

[00:22:40] Acho que, até hoje, se a gente pudesse caracterizar o que [... está] acontecendo de importante na área dos Arquivos, eu diria que é o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Ele continua sendo observado por todos, ele é uma referência para todos: os alunos dos cursos, os professores dos cursos de Arquivologia, os gestores dos Arquivos Públicos municipais e estaduais. Eu acho que esse nosso trabalho, que teve essas duas fases e que foi feito sempre com tantas idas e vindas e dificuldades, [...] acho que valeu a pena, porque nós temos, realmente um ..., podemos dizer que somos um foco de atenção, e um foco de [modernidade] – essa modernidade que se almejou numa determinada época, ela continua presente. Acho que nós sempre questionamos as coisas que vieram de fora e que tentaram se impor às nossas práticas, exatamente porque nós pusemos a mão na massa, a verdade é essa. É um trabalho gigantesco esse de implantar um Sistema de Arquivos, e nós não tivemos medo de fazer esse trabalho. Acho que o grande diferencial de São Paulo, se nós olhássemos hoje para a ... Claro que há [...] outros núcleos estaduais que também se empenharam bastante nisso e conseguiram produzir Tabelas de Temporalidade, Planos de Classificação, que são bem-feitos, dentro de uma metodologia. Eu acho que o grande mérito nosso foi ter feito tudo isso, enfrentado essa coisa difícil, com qualidade. [...] O tempo todo nesse trabalho nós nunca nos contentamos com Recomendações vindas do CONARQ, do governo Federal, de qualquer coisa, nem dos Conselhos Internacionais de Arquivo; [...] nós sempre questionamos normas que nos pareceram malfeitas, não corresponder à nossa realidade, as normas que punham de

<sup>42</sup> *Cadastro nacional de arquivos federais* (ARQUIVO NACIONAL, 1990).

<sup>43</sup> O curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, em Marília, foi criado somente em 2003.

lado os princípios da área arquivística. Nós, sempre [...] querendo acertar dentro da área, considerando [e] inclusive respeitando o caráter científico dessa área, nós procuramos fazer essas coisas acontecerem aqui em São Paulo.

[00:25:28] Acho que valeu a pena essa trajetória toda e tenho, em relação ao futuro do SAESP, eu sou muito otimista. Eu acho que nós temos uma tarefa enorme pela frente. Nenhum dos subprodutos do trabalho que nós temos feito ao longo desses anos pode ser questionado do ponto de vista conceitual. Claro que não somos a chave da verdade nessa área, mas acho que tudo foi feito com todo cuidado. Nós nunca misturamos, nunca confundimos *Espécie Documental* com *Assunto*, nem com *Atividade*, nem com *Função* [...]. As discussões que nós fizemos foram todas no sentido de produzir algo que servisse ao governo e às gerações de pesquisadores dentro de uma [...] uma coerência metodológica muito grande. Acho que nisso é que está o mérito do trabalho que foi feito.

[MEP: Professora Ana Maria, fale sobre a relevância da transferência do Arquivo Público do Estado, em 2007, da Secretaria de Cultura para a Casa Civil.]

[00:26:36] Acho que a passagem do Arquivo [Público] do Estado para a Casa Civil foi um momento importantíssimo.<sup>44</sup> Era uma velha reivindicação das pessoas que trabalharam no Sistema [SAESP] que a posição do Arquivo fosse de equidistância em relação aos outros órgãos com quais eles teria que lidar. É claro que a função sistêmica corrige ou dá a possibilidade de nós termos um Órgão Central colocado em qualquer ponto da Administração. Mas essa mudança para a Casa Civil foi fundamental porque ela também ocorre quando os equipamentos da [Secretaria da] Cultura se transformavam em Organizações Sociais. E nós fizemos uma discussão política nessa época a respeito da situação do Arquivo [Público do Estado]: [...] o Arquivo poderia [...] ter essa condição, poderia ser dirigido por um contrato de gestão? Nesse momento, [...] quando nós estávamos praticamente na eminência de converter o Arquivo também em uma Organização Social [OS], administrada pela Associação de Amigos do Arquivo do Estado, e coisas do gênero, houve uma mobilização bastante grande – [...] não só do pessoal ligado aos Arquivos, mas também do pessoal da História, enfim, [...] todos que estavam interessados nessa questão patrimonial do Estado – e fizemos um encaminhamento ao Secretário de Cultura, que era o Dr. João Sayad na época,<sup>45</sup> tanto a ANPUH, a Associação Nacional de História,<sup>46</sup> quanto à Associação de Arquivistas de São Paulo,<sup>47</sup> propondo que o Arquivo não se transformasse numa OS. E fomos vitoriosos nessa empreitada, e acho que a mudança do Arquivo para a Casa Civil [...] teve consequências outras para o Arquivo do Estado, [como] a criação de órgãos especializados na Gestão de documentos. [...] É uma situação, mais confortável e mais direta, que o Arquivo passou a ter para poder exercer essa função de órgão central de um Sistema de Arquivos. Ele está numa posição, digamos, ideal. Como o Arquivo Nacional deveria estar se tivesse continuado na Casa Civil, que era uma antiga luta, embora pertencer ao Ministério da Justiça não é a mesma coisa que pertencer a um Ministério de Cultura, são coisas de pesos diferentes.<sup>48</sup> Mas, no caso do Arquivo Nacional houve essa

<sup>44</sup> Em 2006, a reorganização da Secretaria da Cultura transformou o Departamento do Arquivo do Estado em uma Coordenadoria, a Unidade do Arquivo Público do Estado e instituiu o Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – DGSAESP, com seus centros e núcleos especializados. Em 2007, a reorganização da Casa Civil envolveu a transferência do Arquivo Público do Estado para essa Secretaria. A nova posição conferiu à instituição posição estratégica na Administração Paulista, expandindo a implementação da política estadual de arquivos. Em 2007 e 2009 a organização interna do Arquivo Público do Estado foi aprimorada, viabilizando a construção de sua nova sede e a realização concurso público para suprir sua carência de pessoal qualificado. Depois disso, a vinculação do Arquivo Público do Estado mudou principalmente em função de alterações dos nomes das Secretarias. Em 2015, o Arquivo Público do Estado foi transferido para a Secretaria de Governo. Em 2020, a denominação da Secretaria de Governo mudou para a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. Em 2021, o Arquivo Público do Estado foi transferido para a Secretaria de Orçamento e Gestão. Em 2023, a denominação da Secretaria de Orçamento e Gestão mudou para Secretaria de Gestão e Governo Digital. Ver NOTA n. 36.

<sup>45</sup> O economista João Sayad (1945-2021) foi Secretário da Fazenda durante o governo de Franco Montoro (1983 a 1987) e Secretário Estadual da Cultura durante o governo de José Serra (2007 a 2010).

<sup>46</sup> ANPUH, Associação Nacional de História, antiga Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Disponível em: <https://anpuh.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2023.

<sup>47</sup> ARQ-SP, Associação de Arquivistas de São Paulo. Disponível em: <https://arqsp.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2023.

<sup>48</sup> O Arquivo Nacional, criado em 1838 ainda no Império, esteve sempre sujeito ao Ministério da Justiça após a Proclamação da República, à exceção do período compreendido entre 2000 e 2011, no qual foi subordinado à Casa Civil da Presidência da República.

volta, com [...] a aquiescência das pessoas que tinham lutado contra ..., lutado em favor, pelo menos, da passagem do Arquivo Nacional para a Casa Civil, esse o ponto mais central, e para que ele pudesse exercer de fato aquilo que o Estado de São Paulo vem exercendo a mais tempo e com muito mais sucesso do que o órgão federal.

[00:30:10] Nós temos um material publicado, temos um envolvimento dos Agentes Públicos numa proporção absolutamente inédita em relação a outras instâncias governamentais, municipais, estaduais ou mesmo em termos de poderes entre o Legislativo, Judiciário e Executivo. Nada se parece com esse Sistema que nós conseguimos fazer em São Paulo, com a mobilização muito grande, o envolvimento total dos Agentes Públicos e hoje com uma faceta, que eu diria, mais voltada para essa legislação de Acesso à Informação. Nós preparamos, no fundo, aqui em São Paulo, o terreno para algo que é de difícil implantação em qualquer outro lugar; porque [...] não adianta nós termos uma Lei feita à imagem e semelhança de outros países que fizeram também Leis de Informação, se nós sequer sabemos, se as pessoas dos órgãos todos não sabem que tipo de informação elas produzem, onde [ela] está. Falar em informação sem falar em documento, falar em documento sem falar em Arquivo, é algo bastante confuso. [...] A Lei [...] não consegue ser aplicada exatamente porque nós não temos, na grande maioria dos órgãos públicos, uma real condição de conhecer aquilo que se produz da informação. [...] Nós demos esses passos todos para que pudéssemos chegar naquilo que seria talvez o ideal, que nós tivéssemos um pleno domínio da informação contida nos tipos documentais que nós produzimos e, portanto, condição de informar as pessoas sobre aquilo que elas desejam. São coisas parecidas e são próximas, mas elas têm um tipo de encaminhamento difícil, eu acho que nós chegamos muito próximos disso atuando nos Protocolos, tentando normalizar essa produção.

[00:32:53] [...] Num mundo que está prestes a se transformar num mundo totalmente digital, em que os meios eletrônicos vão prevalecer sobre o papel, se nós não tivermos uma noção muito clara desta produção, [...] do tipo de informação que circula e que é veiculado pelos órgãos [...] no cumprimento das suas atribuições, se nós não considerarmos que tudo isso é Arquivo – porque também existe um outro problema, que a pessoa acha que Arquivo é só no mundo do papel, no momento que [...] as informações circulam por meio eletrônico ou via Internet isso não é mais documento, isso passa a ser, assim, uma outra coisa “desmaterializada” e não é mais documento – [...] é muito difícil disciplinar também esse material no sentido de avaliá-lo, de guardá-lo. [...] Ele pode não ocupar espaço, mas a avaliação não pode ser feita apenas sob essa alegação de que nós precisamos de espaço, como muitas vezes se falou. [...] Muitos teóricos na área de Arquivos questionaram a avaliação, na medida em que o argumento de que ela vai desobstruir as salas dessa massa acumulada, ele não se sustenta, [...] não é por isso que nós fazemos a avaliação. É preciso repensar a avaliação no sentido de preservar aquilo que é o mais representativo – aquilo que é representativo do Governo, não é “o mais representativo”, existe esse fator de qualidade do que é “mais”, do que é “menos”; mas as entidades têm que se fazer representar dentro do Arquivo tal qual elas funcionaram. E aí, [...] para que essa avaliação ou esse material seja de fato representativo, ele tem que ser enfático, ele tem que [...] ser “enxugado” das suas gorduras supérfluas ou coisas assim.

[00:35:12] Até o conceito de avaliação, a partir dessas considerações e sobretudo no mundo da Internet, essas coisas ganham um sentido diferente e nós [Arquivistas] estamos atentos a isso também, [...] mais do que nunca disciplinar a produção é algo que nos compete, porque, naquele mundo que [...] eu comecei a caracterizar da década de [19]70, as pessoas não imaginavam a grande revolução que a informática provocaria no mundo dos Arquivos. Não imaginavam e continuavam a aceitar que algumas pessoas cuidavam dos Arquivos dos documentos antigos, outras cuidavam da Gestão [Documental], e que esses mundos não precisariam necessariamente conversar, eles poderiam sobreviver, como sobreviveram na Europa e em vários outros lugares. Nós tínhamos os [Arquivistas] Históricos e [os da] Gestão, são profissionais diferentes. Hoje esta relação, ela é absolutamente fundamental para nós, [...] para que os documentos produzidos hoje

sejam autênticos, nós que trabalhamos na ponta, nos Arquivos, nós temos que dizer quais são os metadados necessários para que esses documentos façam prova das atividades que lhes deram origem. Aquilo que era competência do [profissional de] O&M,<sup>49</sup> o O&M [...] regulava como faziam os documentos, o Arquivista ficava lá do outro lado, quem era da Gestão cuidava de outras coisas, hoje esse caminho se encurtou, [...] hoje seria impensável nós mantermos essa separação de competências, [...] nós temos que atuar na ponta, ou seja, a produção dos documentos é uma tarefa nossa.

[00:37:20] Por isso que a Luciana Duranti<sup>50</sup> fez muito sucesso quando falou que a Diplomática, essa velha ciência que surge no final do século XVII, ela ganhou uma atualidade total hoje porque, diante dos documentos eletrônicos, nós voltamos a nos interessar e a nos preocupar com autenticidade, com o valor de prova que esses documentos podem ter. Para isso eles têm que nascer de determinadas maneiras e temos que estabilizar esses documentos para que eles não sejam adulterados nesse percurso. Os problemas continuam a ser os mesmos, só que nós alargamos também, agora de uma vez por todas, essa nossa ingerência na fase da produção, [...] mesmo antes de nascer (os documentos) nós tomamos contato com a racionalidade que a Administração tem que ter e atuamos nessa outra ponta, a ponta do nascimento dos documentos.

[MEP: Professora Ana Maria, em 2014 se completaram 30 anos da publicação do decreto do SAESP e 10 anos da publicação do Plano de Classificação e da Tabela-meio estadual. Qual é a sua perspectiva para os próximos anos?]

[00:38:21] Vocês me perguntam sobre o que poderia ser feito daqui para a frente, o que que nós teríamos como tarefa para os próximos 30 anos, já que nós estamos comemorando os 30 anos dessa primeira iniciativa de criar um Sistema de Arquivos. Eu diria que [...], talvez, o trabalho que nós tenhamos pela frente seja até maior do que aquele que nós considerávamos no início, porque esse mundo do aparentemente “desmaterializado”, daquilo que não é mais visível a olho nu, que é o documento no suporte de papel, criou para nós também obrigações distintas, seja no plano da conservação, do acesso à informação, daquilo que nós víamos como coisas muito bem delimitadas, [...] as idades do Arquivo: o Corrente, o Intermediário e o Permanente. Hoje, o direito à informação ele vai para o Corrente, antes havia uma divisão, [...] só o documento que [estava] no permanente é que nós [podíamos] considerar acessível ao público. Essa acessibilidade se ampliou de tal forma que mesmo esse modelo de Ciclo de Vida dos Documentos tem que ser revisto. Nós estamos num período de mudança, de revolução, diria eu, em relação [...] à essa necessidade de estabilizar os documentos que nascem hoje em base de dados múltiplas e que compõem, cada qual a seu modo, um documento que “não existe”, na verdade, estável e pronto como nós assistíamos no mundo do papel ... Criar condições pra esta permanência do documento em condições de ser lido e examinado por nós da mesma maneira em que eles foram originados é um desafio muito grande, é um desafio tecnológico e é um desafio conceitual também para nós, porque nós temos hoje bases interativas que compõem um documento que, para ser preservado, não pode mais admitir essa interatividade; é quase que a condição pra que ele constitua prova em caráter permanente que nós tenhamos determinados procedimentos que jamais tínhamos imaginado antes.

[00:41:05] [...] A nossa área se enriqueceu com questões novas sem abandonar os velhos princípios. [...] Nós [Arquivistas] continuamos a ser, a pensar nos Arquivos como documentos de prova, e nessa medida úteis à Administração sempre e à pesquisa retrospectiva sempre, [...] essas funções não se alteraram. Não é porque o suporte não é papel que nós... [Mesmo] hoje, [com] a Ciência da Informação, [nós] continuamos a ser a ciência dos documentos autênticos, [esse é que é] o foco principal do nosso trabalho. Acho que nos

<sup>49</sup> Organização e Métodos- O&M, ou Organização, Sistemas e Métodos- OSM, é uma área da Administração que estuda e aprimora a estrutura de um órgão em cada uma de suas atividades.

<sup>50</sup> Luciana Duranti nasceu na Itália, em 1950. Especialista em Teoria Arquivística, Diplomática e documentos eletrônicos, leciona na University of British Columbia, em Vancouver, Canadá e desde 1998, dirige pesquisa internacional sobre a autenticidade de documentos eletrônicos, o Projeto InterPARES- International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. Disponível em: <http://www.interpares.org>

próximos 30 anos nós vamos ter todos esses problemas para administrar, [...] com uma carga de experiência que, pelo menos, nos permite ter uma visão otimista. Acho que nós vamos dar conta do recado. É isso que eu queria dizer. [00:42:18]

## CONCLUSÕES

Nesta entrevista da Professora Ana Maria, constata-se que a modernidade almejada pelos arquivistas de São Paulo a partir de meados dos anos 70 está ligada às influências de Michel Duchein e de Schellenberg.<sup>51</sup>

A preservação dos documentos de guarda permanente, função tradicional dos Arquivos, ganha um sentido maior quando os Arquivos Públicos passam a ser promotores de políticas públicas de arquivo, gestão documental e acesso à informação. Sem Arquivos Públicos e sem políticas de gestão documental os documentos públicos não receberão tratamento arquivístico e, portanto, não estarão disponíveis, acessíveis.

A modernidade pregada pelo Arquivo Público do Estado também inclui a responsabilidade dos Arquivos Públicos com o ciclo vital dos documentos, com a teoria das três idades ou, em termos atuais, com o *records continuum*. A chamada Arquivística Paulista, que tem na Professora Ana Maria um de seus principais expoentes, merece ter suas ideias e suas práticas mais exploradas como campo de estudo.

A coerência metodológica ressaltada pela Professora Ana Maria evidencia-se quando essas teorias arquivísticas são postas em prática pelo Arquivo Público do Estado- APESP, especialmente no trabalho gigante que foi o de implantar e manter o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo- SAESP em funcionamento. Essa coerência não se altera por força da propagação de modas estrangeiras ou de medidas aparentemente simpáticas que fogem às atribuições dos Arquivos Públicos.

O APESP segue de braços dados com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Arquivos (BRASIL, 1991), com a Lei de Acesso à Informação – LAI (BRASIL, 2021) e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (BRASIL, 2018). Neste ano de 2024, em que o SAESP completa 40 anos de serviços prestados aos arquivos, à gestão documental e ao acesso à informação, as convicções dos profissionais do APESP também continuam apoiadas nos ensinamentos teóricos e práticos da Professora Ana Maria. Suas memórias aqui registradas não deixam de soar como um alerta para os perigos que eventuais desvios possam acarretar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (AEL). **Ditadura nunca mais:** uma conversa com Ana Maria de Almeida Camargo. Arquivo Edgard Leuenroth / IFCH da UNICAMP, 2023. 1 vídeo (2:30:45). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pP6Uyt14KZ4>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Arquivo:** boletim histórico e informativo (Boletim dedicado ao Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP). São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, v. 5, n. 4, 1984.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Arquivos e Democracia:** 30 anos do Sistema de Arquivos do

<sup>51</sup> A literatura arquivística espanhola foi de suma importância para a consolidação da chamada Arquivologia Paulista. Nas discussões que incluíam José Sebastião Witter, Heloísa Liberalli Bellotto, Daíse Aparecida Oliveira e Ana Maria de Almeida Camargo, entre outros, estudava-se as metodologias e os procedimentos trazidos da Espanha por Bellotto e Daíse. A influência espanhola também se fez presente no Curso de Especialização em Organização de Arquivos, oferecido entre 1986 e 2009 pela ECA/USP em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP.

Estado de São Paulo – SAESP (1984-2014). Arquivo Público do Estado, 2015. 1 vídeo (1:16:26). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JTmQHsfZ\\_1k](https://www.youtube.com/watch?v=JTmQHsfZ_1k). Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diagnóstico da situação dos arquivos do Estado de São Paulo: órgãos** da administração direta sediados na capital. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1987, 209 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Entrevista com Ana Maria de Almeida Camargo sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo**. Arquivo Público do Estado, 2024. 1 vídeo (0:42:30). Disponível em: [https://youtu.be/at-NTUo00mQ?si=UjweBxsJAh\\_-qs8d](https://youtu.be/at-NTUo00mQ?si=UjweBxsJAh_-qs8d). Acesso em: 16 abr. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto sobre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP**. Arquivo Público do Estado, 2023a. 1 vídeo (0:52:12). Disponível em: [https://youtu.be/WXL5Khu\\_xeA](https://youtu.be/WXL5Khu_xeA). Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Homenagem do Arquivo à Prof. Heloísa Liberalli Bellotto (1935-2023)**. 1 vídeo (0:1:07). Arquivo Público do Estado, 2023b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=olbmjGJRBOE>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Homenagem do Arquivo Público do Estado à Prof. Ana Maria de Almeida Camargo (1945-2023)**. 1 vídeo (0:1:27). Arquivo Público do Estado, 2023c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cvRifOzqdb8>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2. ed. revista e ampliada, 1ª Reimpressão, 2019. Disponível em: [Http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/1\\_reimpressao\\_da\\_2\\_edicao\\_-\\_plano\\_de\\_classificacao\\_e\\_tabela\\_de\\_temporalidade\\_de\\_documentos\\_da\\_administracao\\_publica\\_do\\_estado\\_de\\_sao\\_paulo\\_atividades\\_meio.pdf](Http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/1_reimpressao_da_2_edicao_-_plano_de_classificacao_e_tabela_de_temporalidade_de_documentos_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo_atividades_meio.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano diretor: políticas (2019)**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, ed. corporativa, 2019b. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/material\\_apoio/plano\\_diretor\\_politicas\\_2019.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/material_apoio/plano_diretor_politicas_2019.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Política de gestão e preservação de documentos digitais**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/politica\\_de\\_gestao\\_e\\_preservacao\\_de\\_documentos\\_digitais.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/politica_de_gestao_e_preservacao_de_documentos_digitais.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Política pública de arquivos e gestão documental do Estado de São Paulo**. [organizado por Ieda Pimenta Bernardes, Camila Giovana Ribeiro e Maria Elisa Pereira]. 4ª ed., rev. e ampl. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2022. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/politica\\_publica\\_de\\_arquivos\\_e\\_gestao\\_documental\\_do\\_estado\\_de\\_sao\\_paulo\\_4\\_ed.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/politica_publica_de_arquivos_e_gestao_documental_do_estado_de_sao_paulo_4_ed.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. **Cadastro nacional de arquivos federais**. Brasília: Presidência da República, 1990.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Arquivos do Governo do Estado de São Paulo: problemas e soluções**. São Paulo, 1977.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Novas concepções do contexto arquivístico. In: **Arquivos, entre tradição e modernidade**, volume 1: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. Organização: Ana Célia Navarro de Andrade, Associação de

Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2017 (Eventus, 1), p. 42-50. Disponível em: [http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL-1\\_e-book.pdf](http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL-1_e-book.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

BERNARDES, Ieda Pimenta; PEREIRA, Maria Elisa. A atuação do Arquivo Público do Estado na implementação e na revisão da Lei de Arquivos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano VII, n. 13, p. 158- 202, dezembro de 2021. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/13/pdf/Especial\\_BERNARDES\\_I\\_P\\_et\\_al\\_A\\_atuacao\\_do\\_Arquivo\\_Publico\\_do\\_Estado\\_na\\_implementacao\\_e\\_na\\_revisao\\_da\\_Lei\\_de\\_Arquivos.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/13/pdf/Especial_BERNARDES_I_P_et_al_A_atuacao_do_Arquivo_Publico_do_Estado_na_implementacao_e_na_revisao_da_Lei_de_Arquivos.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

BERNARDES, Ieda Pimenta; PEREIRA, Maria Elisa. A Professora Ana Maria de Almeida Camargo e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP: quatro décadas de parceria. **OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivistas/article/view/91>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo**, Rio de Janeiro (Arquivo Nacional), v. 28, n. 2, p. 164-179, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental na trajetória do SAESP – Entrevista com Ieda Pimenta Bernardes (Vitrine). **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 3, 2016. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/03/vitrine\\_04.php#inicio\\_artigo](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/vitrine_04.php#inicio_artigo). Acesso em: 16 nov. 2023.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Os Arquivos e a construção da Democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP (1984-2014). **Arquivos, entre tradição e modernidade**, volume 1: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. Organização: Ana Célia Navarro de Andrade, Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2017 (Eventus, 1), p. 201-214. Disponível em: [http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL-1\\_e-book.pdf](http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL-1_e-book.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1978. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm). Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. **Lei. 8.159, de 09 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.html). Acesso em: 15 jun. 2023

BRASIL. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.html). Acesso em: 16 nov. 2023

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Acesso em: 07 mai. 2024.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996a.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MACHADO, Helena Corrêa. **Roteiro para implantação de arquivos municipais**. Secretaria de Estado de Cultura, Departamento de Museus e Arquivos: Porto Calendário, 1996b, 125 p.

JARDIM, José Maria. Merci, Monsieur Duchein! In: **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano VII, n. 13, p. 245-246, dezembro de 2021. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/13/pdf/Revista\\_do\\_Arquivo\\_13\\_-\\_In\\_Memorian\\_-\\_Jose\\_Maria\\_Jardim.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/13/pdf/Revista_do_Arquivo_13_-_In_Memorian_-_Jose_Maria_Jardim.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo: Arquivo Público do Estado e Imprensa Oficial, 1999. 88 p. (Projeto *Como Fazer*, v.3). Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/como\\_implantar\\_arquivos\\_publicos\\_municipais.pdf](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/como_implantar_arquivos_publicos_municipais.pdf). Acesso em: 14 mar. 2024.

PEREIRA, Maria Elisa. Teorias, metodologias e práticas: entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto sobre o Sistema de Arquivos do Estado De São Paulo – SAESP. In: **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano VIII, n. 15, p. 01-20, agosto de 2023. Disponível em: [https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista\\_do\\_arquivo/article/view/260/242](https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/260/242). Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 49.165, de 29 de dezembro de 1967**. Dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultura, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1967. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49165-29.12.1967.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n 5.929, de 15 de março de 1975**. Altera a estrutura e a denominação da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1975. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1975/decreto-5929-15.03.1975.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n 13.426, de 16 de março de 1979**. Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1967. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1979/decreto-13426-16.03.1979.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984**. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1984. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 29.838, de 18 de abril de 1989**. Dispõe sobre a constituição de Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1989. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29838-18.04.1989.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 48.897, de 27 de agosto de 2004**. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004<sup>a</sup>. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 48.898, de 27 de agosto de 2004.** Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2004b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48898-27.08.2004.html>. Acesso em: 16 nov. 2023

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 50.659, de 30 de março de 2006.** Reorganiza a Secretaria da Cultura. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2006a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50659-0.03.2006.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 50.941, de 05 de julho de 2006.** Reorganiza a Secretaria da Cultura. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2006b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50941-05.07.2006.html> Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 51.991, de 18 de julho de 2007.** Reorganiza a Casa Civil. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2007a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-51991-18.07.2007.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 52.026, de 01 de agosto de 2007.* Reorganiza a Casa Civil. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2007b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52026-01.08.2007.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 54.276, de 27 de abril de 2009.** Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54276-27.04.2009.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 58.052, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58052-16.05.2012.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 61.036 de 01 de janeiro de 2015.** Organiza a Secretaria de Governo e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61036-01.01.2015.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 63.382, de 09 de maio de 2018.** Substitui os anexos do Decreto n. 48.898, de 27 de agosto de 2004, que aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (SP), 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63382-09.05.2018.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 64.998, de 29 de maio de 2020.** Dispõe sobre alteração de denominação de Secretaria de Estado e transferências que especifica e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (SP), 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64998-29.05.2020.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 66.017, de 15 de setembro de 2021.** Organiza a Secretaria de Orçamento e Gestão e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (SP), 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-66017-15.09.2021.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 67.435, de 1º de janeiro de 2023**. Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (SP), 2023. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67435-01.01.2023.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas- FGV, 1973.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.

UNIVESP. *História - Centros de Memória - Ana Maria de Almeida Camargo*. Universidade Virtual do Estado de São Paulo / Univesp TV, 2016. 1 vídeo (00:29:04). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XAheZ4\\_JfEQ&t=35s](https://www.youtube.com/watch?v=XAheZ4_JfEQ&t=35s). Acesso em: 07 mai. 2024.

VIANA, Diego. Uma incansável organizadora de arquivos. In: **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, Edição 333, nov. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-incansavel-organizadora-de-arquivos/>. Acesso em: 16 nov. 2023.